



PROJETO DE VIDA EM UMA PERSPECTIVA CURRICULAR INCLUSIVA PARA ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Adrianny Costa da Silva ¹

Amanda Xavier da Costa Cazares ²

Carla Gabriella Moraes de Melo ³

Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa ⁴

RESUMO

O presente estudo problematiza o componente curricular Projeto de Vida no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras, compreendendo o currículo como campo de disputas sociais e políticas, marcado por relações de poder que podem reproduzir ou enfrentar desigualdades. Embora a Base Nacional Comum Curricular afirme compromisso com a educação inclusiva, observa-se a ausência de orientações específicas para o desenvolvimento do Projeto de Vida junto aos estudantes EPEE, evidenciando lacunas que impactam a efetivação do direito à aprendizagem. Nesse contexto, o objetivo do estudo é analisar o componente Projeto de Vida em uma perspectiva curricular inclusiva, considerando sua organização e desenvolvimento para EPEE na educação básica. Metodologicamente, trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores da teoria crítica do currículo e da Educação Especial na perspectiva inclusiva. O referencial teórico mobiliza discussões sobre desigualdades educacionais, dualidade estrutural da escola básica e críticas à lógica meritocrática presente nas reformas recentes. Foi possível inferir que, quando orientado por uma racionalidade centrada na responsabilização individual, o Projeto de Vida pode reforçar exclusões, entretanto, quando articulado a princípios de acessibilidade curricular, formação integral e reconhecimento das singularidades, pode constituir-se como instrumento de afirmação identitária e ampliação das possibilidades de participação social dos EPEE, exigindo aprofundamento teórico e estratégias pedagógicas comprometidas com a justiça social.

Palavras-chave: Projeto de Vida; Currículo Inclusivo; Educação Especial.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pedagoga, especialista em Alfabetização e Práticas de Letramento na Educação Básica e em Educação Especial na Perspectiva da Educação / adriannycossilva@hotmail.com

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pedagoga, especialista em Educação Especial e Inclusiva / costaxavier499@gmail.com

³ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pedagoga, especialista em Currículo e Avaliação na Educação Básica (UEPA) / moraescarla925@gmail.com

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) /NEB /UFPA. Doutora em Educação pela UFPA / nmfrs@ufpa.br



INTRODUÇÃO

O currículo, compreendido a partir de uma concepção crítica, em suas dimensões sociais e políticas, está longe de ser neutro, ele seleciona e legitima determinados saberes, invisibiliza outros e contribui para a reprodução de relações de poder (Sacristán, 2000; Arroyo, 2013; Moreira; Silva, 2013).

As teorias críticas do currículo (Apple, 2006; Moreira; Silva, 2013), assim como as abordagens multiculturais e interculturais críticas (Candau; Ivenicki, 2024), destacam a centralidade do currículo na reprodução ou na contestação das desigualdades. Valorizar o currículo como campo de disputa é, portanto, reconhecer seu potencial transformador, sobretudo no que se refere à garantia do direito à aprendizagem dos Estudantes Público da Educação Especial (EPEE).

Esse currículo se materializa no campo educacional. Ao observarmos a educação nacional e seu desenvolvimento assimétrico é possível identificar o reflexo de condicionantes históricos, políticos e socioeconômicos que impactaram a organização dos sistemas educacionais, produzindo desigualdades persistentes no acesso, na permanência e na qualidade da educação (CURY, 2002).

A BNCC (Brasil, 2018) afirma o compromisso com a educação inclusiva, mas não oferece orientações específicas sobre como adaptar o componente Projeto de Vida para os EPEE. Essa lacuna nas políticas públicas reflete uma invisibilidade histórica das especificidades desse público no currículo escolar (Orrú, 2012).

O componente Projeto de Vida propõe o desenvolvimento da autonomia, do autoconhecimento e da construção de trajetórias pessoais e profissionais (Brasil, 2018). Sua efetivação, contudo, exige práticas pedagógicas que respeitem e considerem as singularidades dos EPEE, articulando-se aos princípios da Educação Especial. Kuenzer (2017, 2020) e Ferretti e Silva (2017), problematizam essa nova configuração curricular, pois há uma centralidade que se insere em uma lógica de responsabilização individual dos jovens frente às exigências do mundo do trabalho.

A incorporação do Projeto de Vida ao currículo da educação nacional exige a adoção de estratégias didáticas e organizacionais que assegurem acessibilidade curricular e promovam uma formação integral de todos os estudantes.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de investigações que problematizem a construção do Projeto de Vida com foco na efetivação de uma educação inclusiva. Embora tanto a BNCC quanto documentos curriculares estaduais, como o do Pará, incluam o tema, sua implementação concreta exige aprofundamento teórico e metodológico, sobretudo na criação de estratégias pedagógicas acessíveis, significativas e capazes de reconhecer as experiências, os desejos e as subjetividades desses estudantes, no contexto sócio-político e econômico em que se encontram.



Nesse enfoque, o estudo tem como objetivo analisar o componente Projeto de Vida em uma perspectiva curricular inclusiva, considerando sua organização e desenvolvimento para estudantes público da Educação Especial, no contexto da educação básica.

METODOLOGIA

O presente estudo se situa na investigação da implementação do Projeto de Vida em escolas regulares e seu desenvolvimento em uma perspectiva curricular inclusiva para os EPEE, este se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, na mesma direção que Minayo (2007) aponta, por se tratar de uma pesquisa que responde a questões particulares, não podendo essa ser quantificada, se ocupa dos significados e demais aspectos correspondentes a questões mais profundas, das relações, do processo e de fenômenos.

Para a estruturação desse estudo, foi realizada uma pesquisa de natureza bibliográfica, com a finalidade de identificar pontos convergentes entre as discussões que permeiam o campo investigado. Lakatos e Marconi (1992), compreendem que esse tipo de pesquisa busca em fontes secundárias todas as bibliografias públicas relacionadas ao tema estudado, nos mais diversos tipos de fontes, a qual não se refere a uma replica de algo já publicado, mas ao suporte investigativo sob um novo enfoque e abordagem, possibilitando diferentes conclusões sobre a temática estudada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo justifica-se pela relevância social, acadêmica e política de investigar o componente curricular Projeto de Vida, em diálogo com a Educação Especial e com foco em EPEE. Ele está diretamente vinculado às transformações recentes no cenário educacional brasileiro, particularmente após a promulgação da Lei nº 13.415/2017, que trouxe mudanças profundas na organização curricular, enfatizando itinerários formativos e o protagonismo juvenil. Entretanto, análises críticas apontam que tais reformas têm acentuado desigualdades educacionais, fragmentando a formação e reforçando percursos diferenciados entre jovens das escolas públicas e privadas, com impacto ainda maior sobre os EPEE.

Historicamente, o currículo brasileiro tem reproduzido desigualdades sociais, destinando percursos simplificados às classes populares e itinerários mais amplos às elites (Zotti, 2002). Essa dualidade estrutural da educação básica, ao propor itinerários formativos diferenciados, reforça práticas de seletividade educacional e a lógica meritocrática (Silva; Matos, 2024). Para os EPEE, esse modelo pode intensificar ainda mais as barreiras enfrentadas no contexto escolar.



Neste cenário, Mendes (2010) destaca que a Educação Especial se constituiu historicamente como um campo educacional voltado ao atendimento segregado de pessoas com deficiência, fortemente influenciado por concepções médicas e assistencialistas, passando, nas últimas décadas, por um processo de ressignificação em direção ao paradigma da educação inclusiva.

A Educação Especial tem sido historicamente marcada por desafios relacionados à sua compreensão conceitual e à sua efetivação no âmbito das políticas e práticas educacionais. Muitas vezes, ela tem seu sentido deturpado, sendo equivocadamente interpretada como instrumento de segregação ou discriminação das camadas populares, sobretudo quando associada a rótulos de dificuldades de aprendizagem que resultam na exclusão dos estudantes do convívio escolar comum (Mazzotta; Sousa, 2000).

Nessa abordagem, Mazzotta e Sousa (2000) ressaltam que, uma vez superada a visão da Educação Especial como modalidade excludente, ela pode ser compreendida como um conjunto de alternativas educacionais viáveis no interior das escolas regulares. Sua efetividade, portanto, não depende apenas da existência da modalidade, mas da forma como é planejada, organizada e administrada no contexto escolar, possibilitando, de fato, a inclusão dos EPEE.

É nesse contexto de alinhamento da educação especial ao contexto escolar que o Projeto de Vida, enquanto eixo estruturante do currículo, assume relevância. Ao integrar o processo formativo, pode orientar as futuras escolhas profissionais e ampliar as possibilidades de participação social dos(as) estudantes, respeitadas as exigências da adoção de estratégias didáticas e organizacionais que assegurem acessibilidade curricular e promovam uma formação integral.

Leão, Dayrell e Reis (2011) compreendem o projeto de vida como um processo que se constitui nas condições concretas de existência dos jovens:

A ideia de projeto de vida remete a um plano de ação que um indivíduo se propõe a realizar em relação a alguma esfera de sua vida (profissional, escolar, afetiva etc.) em um arco temporal mais ou menos largo. Tais elaborações dependem sempre de um campo de possibilidades dado pelo contexto socioeconômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e que circunscreve suas experiências. (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, p. 1071-1072).

Nessa perspectiva, os autores compreendem que o Projeto de Vida é uma construção social e historicamente situada, não se restringindo a escolhas individuais ou decisões isoladas, ele demanda problematização, especialmente em um contexto de desigualdades, que considere as especificidades dos estudantes. Os autores asseveram que se trata de uma construção dinâmica, que confere direção à trajetória do sujeito, não



resultando de um cálculo racional e linear, mas de um percurso marcado por escolhas, incertezas e reinterpretações constantes.

Assim, o Projeto de Vida adquire relevância não apenas como uma unidade curricular obrigatória, mas como instrumento de afirmação identitária e emancipação social. Como defende Frigotto (2010), é necessário romper com a lógica de uma formação meramente adaptativa e assegurar oportunidades reais de desenvolvimento humano. Isso requer uma reconfiguração curricular que incorpore os saberes, experiências e desafios vividos por estudantes oriundos da classe trabalhadora, tal perspectiva exige condições pedagógicas, estruturais e simbólicas que assegurem a construção de trajetórias educacionais baseadas na dignidade, autonomia e reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o componente Projeto de Vida, ao ser incorporado como eixo estruturante do currículo, não pode ser compreendido de forma descontextualizada das condições sociais, políticas e econômicas que atravessam a educação básica brasileira. Quando orientado por uma lógica meritocrática e de responsabilização individual, tende a reforçar desigualdades históricas e a ampliar barreiras já enfrentadas pelos EPEE. Por outro lado, quando fundamentado em uma concepção crítica de currículo e articulado aos princípios da Educação Especial na perspectiva inclusiva, pode constituir-se como espaço de reconhecimento das singularidades, de valorização das experiências e de ampliação das possibilidades formativas desses sujeitos.

Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de aprofundamento teórico e metodológico acerca da implementação do Projeto de Vida nas escolas regulares, com ênfase na construção de estratégias didáticas e organizacionais que assegurem acessibilidade curricular e participação efetiva dos EPEE. A efetivação de uma proposta curricular inclusiva demanda planejamento intencional, formação docente e compromisso institucional com a garantia do direito à aprendizagem e à construção de trajetórias dignas. Assim, o Projeto de Vida pode assumir um papel emancipatório, desde que esteja ancorado em práticas pedagógicas que promovam autonomia, reconhecimento e justiça social.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



BRASIL. **Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2017. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 18 de maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em:
<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.

CANDAU, V. M. F.; IVENICKI, A. A pesquisa multi/intercultural na educação: possibilidades de articulação a processos educativos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 122, p. 1-21, jan./mar. 2024. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/3pZKycNjVcJJyszwfChvSwQ/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116. p.245–262, jul.2002.

FERRETTI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385–404, abr./jun. 2017.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva:** crítica ao dualismo educacional na política do capital. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331- 54, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

KUENZER, Acacia Zeneida. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do ensino médio flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.



25, n. 1, p. 57-66, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067–1084, out./dez. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; SOUSA, Sandra Zákia. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 96–108, dez. 2000. Disponível em: <https://revistas.usp.br/estic/article/view/60917/63953>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, maio/ago. 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução**. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 13–47.

ORRÚ, Selma E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Aílto Ramos da; MATOS, Cleide Carvalho de. Novo ensino médio: uma discussão sobre o Componente Curricular Projeto de Vida no currículo do Estado do



Pará. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 6, p. 01–23, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.6-280>. Acesso em: 17 maio 2025.

ZOTTI, Solange. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos 80. Quaestio - **Revista de Estudos em Educação, Sorocaba**, SP, v. 4, n. 2, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/1384>.